

Minirreforma eleitoral vai à sanção de Lula

Reduzir gastos nas campanhas, aumentar transparência nos financiamentos e ampliar penalidades para quem desrespeitar a legislação – esses são os objetivos do projeto aprovado pelo Senado. De autoria de Jorge Bornhausen, a proposta recebeu substitutivo na Câmara, acolhido em parte pelos senadores, e vai agora à sanção do presidente da República. **Página 5**



Agripino, Suassuna, Tarso Genro, Virgílio e Renan: governo e oposição negociam

Genaldio Magela

APROVADO O ORÇAMENTO

Negociações entre governo e oposição rompem impasse que atrasou votação da proposta para este ano

U dia inteiro de negociações rompeu quatro meses de impasse. Eram 23h15 quando o presidente do Congresso, Renan Calheiros, anunciava a aprovação do Orçamento da União para este ano. Se representou alívio para o governo – que vinha enfrentando dificuldade em manter a máquina pública com a falta do Orçamento –, a aprovação significou também vitória dos estados governados por partidos da oposição.

a presença no Senado do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro. O governador de Sergipe, João Alves, teve de viajar às pressas de Aracaju para Brasília, a fim de participar dos entendimentos. Alves, que se queixava de discriminação do governo federal, acabou se tornando o principal personagem da queda-de-braço entre governo e oposição. Mas a União cedeu também a outros estados – Bahia, Rio de Janeiro e Amazonas – e viabilizou a decisão sobre a proposta. **Páginas 4 e 5**

Proposta para 2007 deve ter novo rito de tramitação

As regras sob as quais o Congresso examina e vota o Orçamento se transformaram no principal ponto de críticas tanto de parlamentares da oposição como do governo. Todos os pronunciamentos foram categóricos: não é mais possível manter o rito de análise da proposta. Por isso, o presidente do Se-

nado, Renan Calheiros, incluiu na ordem do dia projeto de resolução que altera esses procedimentos. Renan, assim como outros parlamentares, defendeu a reforma completa do processo de tramitação do projeto. “O que eu puder fazer para tirar o Orçamento da zona cinzenta vou fazer”, disse. **Páginas 4 e 5**

Moreira Mariz



O Plenário do Congresso discute o Orçamento: quatro meses de luta política

Município pode transferir a banco cobrança de dívidas

Municípios, estados e o Distrito Federal poderão ceder a bancos, para cobrança, dívidas ativas de responsabilidade dos contribuintes. Projeto com essa autorização, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Segue agora para o Plenário. **Página 7**

Um dia para reforçar o combate ao câncer infantil

Debates e eventos destinados a divulgar ações preventivas contra o câncer infantil devem ser realizados em 23 de novembro – dia nacional de combate à doença. A idéia é prevista em projeto aprovado pela Comissão de Educação. A data marcará também o apoio a ações organizadas em benefício dos doentes. **Página 8**



Renan Calheiros preside a sessão conjunta: deputados e senadores aprovam proposta

Genaldio Magela

Coordenada por Patrícia Saboya, Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente lança campanha em favor de cinco propostas da CPMI da Exploração Sexual

Frente pede aprovação de projetos em defesa dos menores

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), lançou ontem, no hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, uma campanha pela rápida aprovação de cinco projetos de lei apresentados pela comissão parlamentar mista de inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A campanha, intitulada Parlamentares da Esperança: Seu Voto é pela Infância, pretende sensibilizar parlamentares para a necessidade de aprovação de modificações nos códigos Penal e de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a finalidade de punir com mais rigor os envolvidos em crimes contra menores de idade, resguardando melhor os direitos das vítimas.

Na avaliação de Patrícia Saboya, a aprovação dos cinco projetos representará um avanço concreto na luta contra a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, pelo fato de as



Fátima Cleide (E), Patrícia Saboya (ao microfone) e deputadas participam de campanha

proposições oferecerem instrumentos mais eficazes para a punição dos culpados. Três dos projetos já foram aprovados no Senado Federal.

Entre as principais modificações propostas, a senadora pelo Ceará citou a inclusão, no arcabouço legal brasileiro, do crime de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual e a instituição da ação penal pública para todos os delitos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

A coordenadora da frente parlamentar lembrou ainda que a CPI

mista sugeriu a classificação do estupro e do atentado violento ao pudor como um único tipo penal, cometido também contra as pessoas do sexo masculino, e não somente contra as mulheres, como está previsto hoje, no Código Penal.

De acordo com Patrícia Saboya, a maior mudança proposta no Estatuto da Criança e do Adolescente diz respeito à tipificação do crime de favorecimento da prostituição de menores, para se estender a toda a rede que os explora sexualmente, inclusive ao cliente.

Conselho arquiva denúncias contra senadores

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado arquivou três denúncias, em reunião realizada ontem, por decisão de seu presidente, senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Após ouvir o plenário do conselho, o parlamentar considerou as acusações "improcedentes e infundadas".

A primeira denúncia arquivada por falta de provas era contra o senador Romero Jucá (PMDB-RR), sob o argumento de que seria proprietário de uma emissora de rádio, denominada Serra Negra, e responsável por essa empresa, que é sediada no estado de Roraima.

Outras duas denúncias, apresentadas pelo advogado Roberto Ramos, também foram arquivadas por ausência de provas: contra os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pelo suposto uso de caixa dois em campanhas eleitorais da década de 90.

Plenário assegura recursos para fundo de desenvolvimento científico

O Plenário do Senado aprovou, ontem, substitutivo da Câmara a projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A matéria segue agora à sanção presidencial.

Conforme o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que defendeu parecer em Plenário pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta (PLS 85/01) tem o mérito de reduzir de 60% para 40% o limite de contingenciamento pela União dos recursos dos fundos de ciência e tecnologia (C&T). Eleva ainda para R\$ 400 milhões o patamar das verbas dessa área livre de contingenciamento.

O FNDCT tem natureza contábil e objetiva financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Ao defender

a iniciativa, Tourinho e Marco Maciel (PFL-PE) destacaram sua importância para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Maciel e Saturnino consideraram fundamental ainda a perspectiva de descontingenciamento das verbas para ampliar os investimentos na área.

Empréstimo

Também foi aprovada a contratação de uma operação de crédito externo no valor de US\$ 170 milhões entre o estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos irão financiar parcialmente o Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. A matéria (Mensagem do Senado 117/06) vai à promulgação.

▶ **Leia mais sobre decisões do Plenário na página 5**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa PEC sobre eleições

O Senado realiza sessão deliberativa, às 14h. Em pauta a discussão, em primeiro turno, da proposta que mantém elegíveis os substitutos de chefes do Executivo que não permaneçam mais de 15 dias no cargo durante os seis meses que antecedem o pleito (PEC 30/02). A idéia é não prejudicar a possível candidatura de presidentes do Legislativo, obrigados por lei a assumir os cargos executivos na ausência do titular.

Fim do voto secreto

Às 9h30, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa a possibilidade de se acabar com o voto secreto em votações no Congresso e a definição de tratamento diferenciado para condenados por crime hediondo.

Assinatura de convênio

Está marcada para as 10h a cerimônia de assinatura de protocolo de intenções entre o Senado Federal e a União de Vereadores do Ceará. O convênio será executado pelo ILB/Unilegis/Interlegis.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza e Alvaro Dias



Opção de disputar a Presidência não pode dificultar vitórias regionais, diz Suassuna

Suassuna: líderes do PMDB discutem candidatura própria

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), anunciou que os líderes de seu partido deverão se reunir hoje para discutir a viabilidade do lançamento de candidato próprio à Presidência da República nas eleições deste ano. Suassuna avaliou que o PMDB pode eleger 15 governadores e cem deputados federais, além de assegurar uma bancada de 25 senadores para o próximo ano.

– Se fizermos essa opção [de candidato a presidente], com a verticalização, as vitórias regionais serão dificultadas. Tomara que encontremos um caminho para conciliar as duas alternativas – afirmou.



Heloísa ressalta que o PSOL não integra movimento pela saída do presidente

Constituição ampara impeachment de Lula, avalia Heloísa

Heloísa Helena (PSOL-AL) considera que a Constituição poderia amparar um pedido para que o presidente Lula fosse processado por crime de responsabilidade, em razão de fatos como a “compra de parlamentares”. A senadora, entretanto, acha que o melhor seria o povo manifestar-se nas urnas pela manutenção ou não de Lula no poder, mesmo tendo claro que ele “é um corrupto”.

– O PSOL não está participando de nenhum movimento em prol do *impeachment* e, se Lula fosse processado, a decisão de impedi-lo seria do Congresso, mas toda a motivação jurídica está muito clara na Constituição – reafirmou a parlamentar.

Presidente do colegiado anuncia que ampliará diálogo com parlamentares da base do governo e da oposição visando antecipar encerramento dos trabalhos para o fim de maio

CPI pode ouvir Mattoso e insiste na quebra do sigilo de Okamoto

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), anunciou ontem que ampliará o diálogo entre parlamentares da base do governo e da oposição para que o colegiado possa antecipar a conclusão dos trabalhos para o fim de maio. O prazo de funcionamento da comissão termina em 24 de junho. Efraim informou que a próxima reunião administrativa, destinada a votar novas convocações, só será realizada após a conclusão dos entendimentos políticos.

O parlamentar adiantou que as negociações passam pela votação de um requerimento que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Ele é acusado de ter montado, no final dos anos 90, um esquema destinado a arrecadar dinheiro de empresas que tinham contratos com prefeituras petistas.

Okamoto também é acusado de ter pago do próprio bolso um empréstimo feito pelo presidente Lula junto ao PT, no valor de R\$ 29 mil, além de ter quitado dívidas oriundas de campanhas políticas de Lurian Cordeiro, filha do chefe de governo.

Em entrevista coletiva, Efraim anunciou que a CPI dos Bingos ouvirá, entre 13 e 20 de maio, o contraventor João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, que está preso em Mato Grosso. Ele é acusado de homicídio, formação de quadrilha e sonegação de cerca de R\$ 850 milhões à Receita



Efraim não afasta a hipótese de Roberto Teixeira ser escoltado pela PF para depor

Federal. Há denúncias ligando Arcanjo ao assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, em 2002.

Depoimentos

Efraim esclareceu que o diálogo entre a direção da CPI e os parlamentares incluirá a votação de requerimentos, entre esses o que convoca o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

Na lista dos já convocados para depor, aparece o nome do advogado e compadre de Lula, Roberto Teixeira, que deveria prestar depoimento ontem. Ele não compareceu, após alegar problemas de saúde. O seu defensor, Cristiano Zanin, justificou ainda a ausência do seu cliente informando que a intimação para depor havia sido entregue “tardamente” pela Polícia Federal. Teixeira é acusado de montar, com a ajuda de Okamoto, esquema para arrecadar,

irregularmente, dinheiro para um caixa dois do PT.

– Iremos fazer um contato com os advogados dele para que possa prestar depoimento o mais rápido possível – disse o presidente da CPI, que não afastou a hipótese de Teixeira comparecer à força para prestar depoimento, escoltado pela Polícia Federal. Essa é a segunda vez que ele é convocado pela comissão e não comparece.

Roubo de laptop

A CPI acionou a Polícia do Senado e as polícias Federal e Civil para investigar o roubo, no fim de semana, de um *laptop* utilizado por um assessor da comissão. Ontem, em Plenário, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), manifestou temor de que o aparelho contenha informações sigilosas. Efraim Moraes garantiu que no computador não há dados secretos, e que estes ficam guardados em cofres da comissão.

Tião Viana destaca alerta sobre necessidade de fato determinado

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), indicou ontem, em discurso no Plenário, para leitura e reflexão dos senadores uma entrevista do ministro do Supremo Tribunal Eros Grau, concedida ao jornalista Bob Fernandes, do *site* Terra Magazine.

Na matéria, intitulada “CPI sem fato determinado torna país ingovernável”, Eros Grau critica a influência excessiva exercida pela mídia sobre membros dos três Poderes, especialmente parlamentares. O ministro enfatizou

a importância de se assegurar que as CPIs não fujam de seu escopo legal, fixado pela Constituição brasileira, sob pena de inviabilizar o funcionamento da democracia.

Ao final de seu discurso, Viana deixou claro que o objetivo da entrevista de Eros Grau não foi criticar o Parlamento, mas apenas oferecer uma contribuição à reflexão dos membros dos três Poderes.

Gás natural

Viana leu ainda nota divulgada



Tião Viana sugere entrevista de Eros Grau para reflexão do Parlamento

pela Petrobras informando sobre a regularização do fornecimento de gás natural boliviano, interrompido devido a danos físicos causados pelas chuvas nos gasodutos da região produtora do Chaco, naquele país.

Comissão aprova nomes para diretoria da ANP e Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a recondução de Victor de Souza Martins para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP). Também foram aprovados os nomes de Romeu Donizete Rufino e de José Guilherme Senna para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As indicações serão submetidas ao Plenário.

A mensagem de recondução de Victor Martins teve como relator Ney Suassuna (PMDB-PB) e como relator *ad hoc* Gerson Camata (PMDB-ES). Aelton Freitas (PL-MG) e Sibá Machado (PT-AC) relataram as indicações de Romeu Donizete Rufino e de José Guilherme Silva Menezes Senna, respectivamente.

A demora na indicação dos diretores das agências reguladoras pelo governo vinha sendo criticada por José Jorge (PFL-PE). Segundo disse, o mandato de Victor de Souza Martins na ANP encerrou-se há mais de dois meses, embora ele tenha sido mantido no cargo sem a devida formalização.

Ministro discute licitação para obra em porto na Bahia

O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, e o diretor-presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Geraldo Simões, serão convidados a debater, em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, licitação feita pela Codeba para a construção de terminal de grãos no porto de Aratu (BA). Ao requerer a audiência, César Borges (PFL-BA) afirmou que, na licitação, há indícios de favorecimento da multinacional Bunge Alimentos.

Essa empresa foi a única que conseguiu atender à exigência de capital mínimo prevista no edital de licitação, informou César Borges. “A Bunge Alimentos atua como financiadora, adquirente, transportadora e, pelo resultado da licitação, controlará também o transporte marítimo de soja e seus derivados”, afirmou ele, na justificativa do requerimento.

– Isso poderá acarretar sérios prejuízos aos produtores baianos que estarão cada vez mais submetidos às condições de negociação impostas pela empresa Bunge Alimentos – declarou.

Alvaro Dias rebate Lula sobre atraso da votação



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) rebateu as críticas que Lula vem fazendo ao Congresso pelo atraso no Orçamento de 2006. O governo alega que a votação foi procrastinada por iniciativa da oposição, acusação que o senador disse considerar “uma desfaçatez”. Segundo Alvaro, ocorreu o contrário do que alega Lula.

– A incompetência do governo em elaborar uma peça orçamentária e trabalhá-la politicamente com parlamentares e governadores explica o atraso – disse Alvaro, que também criticou a execução orçamentária do governo e o fato de as emendas individuais dos parlamentares não terem sido respeitadas pelo governo Lula.

Virgílio elogia postura de Renan em negociação e critica governo



Arthur Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), elogiou a postura de Renan Calheiros na negociação da aprovação do Orçamento com ministros, e protestou contra o Executivo, que incluiu na LDO um dispositivo para permitir que a realização de gastos e investimentos, caso decorra o prazo para aprovação do texto do Orçamento de 2007 pelo Congresso.

– Isso é uma agressão ao Legislativo. O Congresso não pode permitir que transite por aqui uma idéia tão esdrúxula. Não dá para imaginar um orçamento que represente apenas uma façção. Privar o Congresso de votar a matéria orçamentária equivale a fechá-lo – afirmou.

Mercadante defende reforma da elaboração do Orçamento



Aloizio Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a revisão “inadiável” e completa do processo de elaboração e votação da peça orçamentária, de modo que o Executivo tenha, ao tempo adequado, a definição do Orçamento da União.

– Criticam o governo, mas a votação não depende só de acordo. E esse acordo tem de acontecer até dezembro, e não ficar para abril – reclamou Mercadante. Ele propõe a diminuição do número de membros da Comissão Mista de Orçamento e que ela funcione como uma instância de sistematização, ficando a elaboração do Orçamento de cada área a cargo das comissões permanentes.

Governo cede a pressões da oposição e Congresso aprova Orçamento de 2006

Negociações envolveram o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, e permitiram atender às demandas de Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Amazonas

Depois de um dia inteiro de negociações, o governo cedeu às exigências de parlamentares de estados comandados pela oposição e, já às 23h15, o Congresso aprovou o Orçamento da União para 2006. Nos últimos dias, o governo se comprometeu a repassar a estados exportadores e a projetos de estados administrados pela oposição cerca de R\$ 600 milhões, para garantir a votação.

A aprovação foi simbólica e até o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), teve de subir à tribuna e pedir a parlamentares que não solicitassem verificação de quórum, o que poderia derrubar a sessão. Os líderes governistas não haviam conseguido mobilizar suas bancadas para a votação nominal, o que exigiria no mínimo a metade dos deputados e senadores.

As negociações exigiram a presença no Senado do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que se disse autorizado pelo presidente da República a ceder “dentro dos limites legais” para que o Orçamento fosse aprovado. O governador de Sergipe, João Alves (PFL), teve de viajar às pressas de Aracaju para Brasília para as negociações. Com a sessão em andamento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu realizar reunião, às 21h, com o governador e líderes oposicionistas para discutir a reivindicação de João Alves.

O governador se queixava de discriminação do governo, que não queria conceder aval do Tesouro a um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para construção de uma

Os grandes números para este ano	
	EM R\$ BILHÕES
Receita total da União	545,90
Gasto com pessoal e encargos sociais	104,26
Benefícios da Previdência (INSS)	162,78
Transferências obrigatórias a estados	90,22
Superávit primário (pgtº juros)	48,69
Investimentos dos ministérios	20,00*

* Os técnicos ainda estão conferindo, por causa de mudanças dos últimos dias.

ponte que ligará Aracaju a Barra dos Coqueiros, no valor de R\$ 85 milhões. O Tesouro vinha recusando o aval ao sustentar que se sente impedido porque Sergipe estaria gastando 5% de suas receitas com a Assembléia Legislativa, e não 3%, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). João Alves mostrou que já está se adaptando à legislação e recebeu oito meses para total adequação. O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), garantiu que o presidente Lula havia empenhado sua palavra a favor do aval, desde que o estado estivesse cumprindo a LRF.

Concessões

As outras concessões do governo federal beneficiam os estados da Bahia, do Rio de Janeiro e do Amazonas. O PFL da Bahia obteve R\$ 42 milhões a mais no Orçamento, para educação e saúde. Para isso, no entanto, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teve de abrir mão de verbas para projetos de irrigação no Baixio de Irecê, como

vinha reivindicando.

No caso do Amazonas, Arthur Virgílio pedia garantia da Petrobras de que o gasoduto Coari-Manaus não será uma “obra fantasma” e deveria contar com mais verbas neste ano, além dos R\$ 16 milhões previstos pela estatal. Com interferência do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, a empresa prometeu aplicar cerca de R\$ 110 milhões no gasoduto.

Já o Rio conseguiu do Planalto a promessa de que não irá descumprir sua parte no acordo com a prefeitura carioca para as obras de preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, inclusive um repasse de R\$ 60 milhões para as obras do Parque Aquático.

Resolvidas as pendências, o Congresso aprovou o Orçamento de 2006 com um atraso de quase quatro meses – tradicionalmente a votação ocorre até o Natal do ano anterior. É o maior atraso dos últimos dez anos. O segundo maior atraso foi no ano 2000, quando o projeto orçamentário foi votado no dia 12 de abril.

Principais mudanças

Algumas das principais mudanças feitas pelo Congresso na proposta do Orçamento enviada pelo governo:

- Reavaliou em R\$ 15,6 bilhões a previsão de receitas feitas para este ano – um acréscimo bruto de 3,7%.
- Arrumou dinheiro para a Previdência suportar o aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350. O governo havia proposto um salário mínimo de R\$ 321.
- Elevou os investimentos diretos do governo federal neste ano de R\$ 14,3 bilhões para cerca de R\$ 20 bilhões. As áreas mais beneficiadas são saneamento básico, transportes, habitação para baixa renda e saúde.
- Permitiu o reajuste da tabela do IRPF em 8%. O Executivo não havia previsto qualquer correção.
- Destinou R\$ 5,1 bilhões para aumento de salários das carreiras básicas dos ministérios. O projeto do governo previa R\$ 1,5 bilhão para reajuste do funcionalismo.
- Destinou R\$ 550 milhões para implantação do Fundeb. O governo nada havia previsto para o fundo.
- Aumentou em R\$ 3,8 bilhões a previsão de gastos do INSS com benefícios. O seguro-desemprego terá R\$ 1 bilhão a mais. Também houve um acréscimo de R\$ 700 milhões na verba destinada aos benefícios que o governo paga pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Renan inclui na pauta projeto que altera rito de tramitação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu, na sessão conjunta de ontem, incluir na ordem do dia a votação do Projeto de Resolução 2/05, que visa alterar o processo de tramitação do Orçamento da União no Congresso, com vistas a dar-lhe maior agilidade e transparência. Os parlamentares concordaram.

Renan defendeu a reforma completa do processo de elaboração do Orçamento, de forma a envolver o Poder Legislativo desde o início. Ele se disse “um entusiasta” do projeto de resolução, que buscaria dar mais transparência ao trabalho de emendar a peça orçamentária, aumentando o número de emendas individuais e diminuindo as de bancada.

– O Orçamento hoje não tem transparência, além de ter sua execução facultativa, o que na prática torna desnecessária toda essa briga, já que o governo contingencia quase tudo – observou.

Para Renan, a Comissão Mista de Orçamento é muito grande, o que dificulta a obtenção de quórum para as deliberações. Ele é favorável a que as emendas individuais fiquem livres do contingenciamento.

– O que eu puder fazer para tirar o Orçamento da zona cinzenta vou fazer – afirmou Renan Calheiros.

Antonio Carlos teme que LDO seja votada “às escondidas”



Antonio C. Magalhães

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou, ontem, que ouviu do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, de autoria do Executivo, recentemente enviado ao Congresso, “permitirá ao governo federal fazer tudo o que quiser, salvo em relação aos investimentos, acabando, assim, com o papel do Orçamento”.

O senador disse temer que a LDO seja aprovada “às escondidas”. A lei determina as diretrizes para a formulação do Orçamento, traçando os parâmetros das receitas e despesas que deverão estar na lei orçamentária anual.

Mestrinho deixa Comissão de Orçamento com críticas ao governo

A Comissão Mista de Orçamento elegeu ontem o deputado Gilmar Machado (PT-MG) como seu novo presidente. Ele substituiu o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Em sua despedida, Mestrinho criticou o governo por ter enviado ao Congresso um projeto orçamentário com um “rombo” de R\$ 14 bilhões e sem previsão de gastos para o salário mínimo, para a Lei Kandir e para aumento do funcionalismo. O senador não poupou a base do governo, que raramente mantinha quórum na comissão, o que contribuiu mais ainda, segundo ele, para o atraso de quase quatro meses na apreciação do Orçamento pelo Congresso.

O mandato de Gilmar Machado é de um ano e caberá a ele conduzir as votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento federal para 2007. O novo presidente afirmou que pretende cumprir a decisão da própria CMO, que criou, em 2005, uma subcomissão para acompanhar a execução do Orçamento federal.

Depois de eleito, Gilmar Machado informou que o PMDB deverá indicar o senador Valdir Raupp (RO) para o cargo de relator do Orçamento de 2007. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deve relatar a LDO para 2007. O senador Efraim Morais (PFL-PB) foi eleito 1º vice-presidente. O deputado Júlio César (PFL-PI) ocupará a 2ª vice-presidência e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) será a 3ª vice-presidente.

Osmar Dias quer compensação pela Lei Kandir para o Paraná



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a concessão de compensações financeiras ao Paraná pelas perdas de arrecadação causadas pela Lei Kandir, que desonera as exportações de matérias-primas e produtos semimanufaturados. Mas o parlamentar ressaltou não acreditar que tal compensação possa ser feita por meio do aumento da arrecadação tributária. Essa seria, segundo o senador, uma das propostas do governo federal.

Osmar Dias frisou que, em 2005, o Brasil registrou crescimento muito menor que o de outros países. E que, neste ano, há previsões que estimam um crescimento ainda menor.

Proposta do Senado que reduz custos das campanhas e aumenta punições vai à sanção presidencial

Aprovada a minirreforma eleitoral

O Senado aprovou ontem o substitutivo da Câmara ao projeto de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) conhecido como “a minirreforma eleitoral”. A proposta visa reduzir gastos e aumentar a transparência nos financiamentos e na prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, além de elevar as penalidades para quem desrespeitar a legislação. A matéria segue à sanção.

O relator do projeto, José Jorge (PFL-PE), suprimiu algumas emendas da Câmara e restabeleceu partes do texto que havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em 18 de



Senado restabeleceu partes do projeto de Bornhausen que havia sido acolhido na CCJ

agosto de 2005. À época, a intenção dos senadores era de que as novas regras já vigorassem nas eleições deste ano, numa resposta, segundo o autor,

às denúncias de caixa dois.

Para tanto, a Câmara deveria ter aprovado a proposta até 30 de setembro de 2005, o que não ocorreu. Por isso, o Tribunal Superior Eleitoral ainda deve se manifestar para esclarecer se as novas regras valerão ou não para as próximas eleições.

– Esse projeto faz parte do esforço do Congresso Nacional para coibir práticas espúrias – disse o relator.

Foram aprovados dois destaques apresentados pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Um restabelece a proibição de gravações externas de rádio e TV; o outro mantém a proibição do uso de *outdoors*.

Como são as novas regras

Propaganda

Radiodifusão – Os programas de rádio e televisão, incluindo as inserções no horário de propaganda eleitoral gratuita, serão restritos a gravação do candidato e dos filiados ao seu partido em estúdio, sendo vedadas gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados, efeitos especiais e conversão para vídeo de imagens gravadas em películas cinematográficas.

Imprensa escrita – Fica proibida a divulgação, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação.

Horário eleitoral gratuito – O horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita será distribuído pela representação de cada partido na Câmara dos Deputados na data do resultado das eleições, e não mais na data do início da legislatura que estiver em curso.

Mídia exterior – A utilização de *outdoors* passa a ser vedada. Também fica proibida em áreas públicas a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados. O descumprimento prevê multa que varia de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

Brindes – É vedada a distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Showmício – O projeto proíbe a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral.

Telemarketing – Caiu no Senado a proibição do substitutivo apresentado pela Câmara, voltando a ser permitida a propaganda eleitoral por meio de operadora comercial de telemarketing.

Boca-de-urna – A boca-de-urna e a propaganda no dia das eleições passam a ser caracterizadas como crimes, puníveis com detenção de seis meses a um ano e multa.

Pesquisas eleitorais – Fica vedada a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 15º dia anterior até as 18h do dia da eleição.

Financiamento de campanha

Limites de gastos de campanha – Lei deverá fixar o limite dos gastos de campanha para os cargos em disputa; não sendo publicada a lei, caberá aos partidos políticos fixar esse limite e comunicar à Justiça Eleitoral. No pedido de registro dos candidatos, os partidos devem comunicar aos respectivos tribunais eleitorais os valores máximos de gastos por cargo eletivo, dentro dos limites preestabelecidos, em cada eleição.

Abuso do poder econômico – O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham de conta bancária específica registrada para esse fim implica a desaprovação da prestação de contas, cujo processo será enviado pela Justiça Eleitoral ao Ministério Público Estadual. Se comprovado abuso de poder econômico, o candidato terá registro cancelado ou diploma cassado.

Doações – As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas em conta registrada por meio de cheques cruzados e nominais ou transferências eletrônicas de depósito. No caso de pessoa física, é permitido depósito em espécie até o limite de 10% dos rendimentos brutos do cidadão, declarados no ano anterior à eleição. O candidato fica também proibido de fazer quaisquer doações em dinheiro, troféus ou prêmios, no período entre o registro de sua candidatura e a eleição.

O projeto inclui na lista de pessoas jurídicas proibidas de efetuarem doações a campanhas: instituições beneficentes e religiosas, entidades esportivas, organizações não-governamentais que recebam recursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público.

Prestação de contas – Os partidos, coligações e candidatos serão obrigados a divulgar, em página criada pela Justiça Eleitoral na internet, relatório discriminando os recursos recebidos para financiamento das campanhas e os gastos efetuados nos dias 6 de agosto e 6 de setembro.

Mão Santa condena gastos da Petrobras com publicidade

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a decisão do governo federal de gastar R\$ 34 milhões em publicidade da Petrobras. Na opinião do senador, trata-se de uma despesa desnecessária para anunciar a auto-suficiência do país na produção de petróleo, “mote” de pronunciamento que o presidente Lula deverá fazer à nação neste sábado.

– O que ele quer mesmo é voto. Uma das coisas que ele não vai dizer nesse pronunciamento é que o brasileiro paga uma das gasolinas mais caras do mundo.

Segundo Mão Santa, o preço do galão (quase quatro litros) de gasolina no Brasil é US\$ 3,12, enquanto a Venezuela cobra apenas US\$ 0,12. “A gasolina brasileira é 26 vezes mais cara do que a venezuelana”, calculou.



Jone Araújo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem convite do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, para participar do 50º Congresso da União Internacional dos Advogados (UIA), a realizar-se em novembro, na cidade de Salvador. Busato disse que o conselho federal da OAB vai discutir, em 8 de maio, a idéia de o presidente Lula ser submetido a processo de *impeachment*, em razão dos ilícitos apurados pelas CPIs.

João Alberto critica ausência de medidas contra enchente

João Alberto Souza (PMDB-MA) protestou contra a “postura reativa” do poder público em relação às enchentes. O senador afirmou que, “por incúria da administração pública”, a todo ano o quadro de calamidade se repete, com resultados desastrosos, de norte a sul do país. Ele fez um apelo para que o Executivo adote medidas preventivas.

Segundo o parlamentar, foi decretado estado de calamidade pública nos municípios maranhenses de Imperatriz, onde ficaram desabrigados 225 famílias, Bacabal e Trizidela do Vale.

– As águas avançam e fustigam, botando para correr homens, mulheres e crianças – lamentou. Ele disse que a população usa até madeira de carteiras escolares para aquecer comida.

João Alberto lembrou que, para se construir 225 casas populares – mesmo número de famílias desabrigadas em Imperatriz –, seriam necessários R\$ 3,3 milhões, valor inferior ao que seria gasto para corrigir os estragos causados pelas chuvas.



Roosevelt Pinheiro

João Alberto pede a execução de obras preventivas para evitar calamidades

Suplicy anuncia novas mudanças no Bolsa-Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, está discutindo com o presidente Lula a adoção de outros ajustes no programa Bolsa-Família.

No dia 12, foi aumentada de R\$ 100 para R\$ 120 a renda mínima mensal por pessoa para se ter direito ao benefício. Segundo o senador, a medida amplia o número dos beneficiados.

– E ainda: se uma família tiver a renda de até R\$ 60 por mês, o benefício é maior do que se estiver no intervalo entre R\$ 60 e R\$ 120 mensais – explicou Suplicy.

A outra mudança em estudo, informou, é a correção nos valores recebidos. O ajuste será baseado na inflação acumulada desde outubro de 2003.

Suplicy destacou que, atualmente, 9 milhões de famílias em todo o país são beneficiadas pelo programa. Com as mudanças, o senador disse acreditar que, até meados deste ano, será atingida a meta de aproximadamente 11,1 milhões de famílias atendidas.



Roosevelt Pinheiro

Suplicy afirma que programa deve atender ainda este ano 11 milhões de famílias

Pauta entregue a Renan por representantes da categoria e dos bombeiros inclui adoção de penas mais rigorosas

Policiais sugerem um ministério para segurança pública

Representantes de entidades de classe de policiais militares e bombeiros, acompanhados pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DF), entregaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma pauta mínima das reivindicações da categoria. O principal ponto do documento é a criação do Ministério da Segurança Pública para normatizar e doutrinar todas as ações do setor.

– Consta ainda da pauta melhores condições de trabalho como a criação de uma previdência própria para os policiais e bombeiros militares. A vida do policial no Brasil é muito difícil, por isso a

necessidade de uma previdência específica para eles – defendeu Alberto Fraga, logo após o final da audiência com Renan.

Uma caravana com cerca de 2 mil policiais e bombeiros militares de 25 estados está em Brasília participando de uma mobilização chamada Movimento Tiradentes. Os pedidos da categoria incluem ainda a liberação de recursos para os hospitais militares, a criação de bolsas de estudo para os filhos de policiais e a reforma dos códigos Penal e de Processo Penal, e do sistema prisional no país, visando acabar com a impunidade e tornar mais rigorosa a aplicação e execução das penas.

Senadores repudiam o assalto a casa de Mestrinho no Rio de Janeiro

Ao lamentar o assalto à casa do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) no Rio de Janeiro, domingo último, Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem, em Plenário, que a “trágica situação da capital fluminense é uma amostra do que acontece no país”. O parlamentar também leu artigo que publicou no jornal *O Globo* de 7 de abril, sobre a violência.

– A situação atual do Rio de Janeiro, para mim, é um espelho a refletir a dupla imagem da falência do Estado brasileiro e, de certa forma, do nosso fracasso como nação – afirmou ele, ao reproduzir trecho de seu artigo.

Jefferson diz, no texto, que “em todas as cidades ocorrem assaltos à mão armada, mas em nenhuma os criminosos dominam comunidades, interditam ruas, decretam o fechamento do comércio e travam batalhas campais durante horas e às vezes dias”. O senador também citou pesquisa apontando que 51% dos cariocas gostariam de deixar a cidade.

Para Jefferson, “a desordem urbana do Rio é tão grave que deveria ser enfrentada, em primeiro lugar, pela sociedade carioca, num mutirão cívico, com autoridades, empresários, intelectuais e meios de comunicação na liderança do processo”.



Roosevelt Pinheiro

Para Jefferson, violência no Rio de Janeiro é uma amostra do que acontece no Brasil

– Mas, de tão dramática, deveria ser também uma questão nacional, assim encarada pelo governo federal. De preferência, em articulação com os governos estadual e municipal.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) expressaram solidariedade a Mestrinho. Além de despertar revolta, o episódio retrata, segundo Virgílio, o clima de insegurança no país e a fragilidade do cidadão diante dos malfeitores.

De acordo com *O Globo*, a invasão à casa de Mestrinho foi feita por 15 homens armados. Os ladrões permaneceram por duas horas na residência, de onde furtaram dois automóveis, jóias, dinheiro, quadros e prataria, e agrediram o senador, sua mulher e três empregados.



Roosevelt Pinheiro

Tuma diz que Executivo não pretende investir na construção de gasodutos

Tuma questiona política do governo para o gás natural

Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou preocupação com notícia veiculada pelo jornal *Diário do Comércio e Indústria (DCI)* sobre a orientação do governo para a política do gás natural a ser adotada no país em curto prazo.

Segundo o *DCI*, o Ministério de Minas e Energia decidiu criar um grupo de trabalho para a formação de um plano de contingência permanente que permitiria a conversibilidade do abastecimento de gás para outros combustíveis em razão das constantes ameaças de desabastecimento do gás da Bolívia, que supre o mercado nacional.

Para Romeu Tuma, no entanto, o anúncio do grupo de trabalho sinaliza que o governo, na verdade, não pretende investir na construção de gasodutos já projetados, como os de Coari-Manaus e Urucu-Porto-Velho, na Amazônia. As obras aguardam início há mais de oito anos, conforme reclamou, em discurso anterior, Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Saturnino pede que governo interfira em favor da Varig

Roberto Saturnino (PT-RJ) fez um apelo ao governo federal para que intervenha favoravelmente à Varig, com soluções concretas para as dificuldades financeiras por que passa a companhia. O senador anunciou que o juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio, que acompanha o processo de recuperação judicial da Varig, descartou a falência imediata da companhia.

Saturnino lembrou ainda que, ao longo da história brasileira, a Varig, embora seja uma empresa privada, atuou por diversas vezes em consonância com os interesses do Estado, servindo regiões economicamente inviáveis, em parceria com a Infraero.

— A companhia sempre atendeu aos apelos da nação brasileira e, agora, é mais do que justo que a nação brasileira faça seus apelos ao governo — observou.

Valadares propõe audiência para avaliar a crise

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ter requerido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a realização de audiência pública para discutir e avaliar a atual situação da Varig, estudar as possibilidades de recuperação da companhia com a garantia dos empregos dos funcionários e a defesa dos consumidores.

— É altamente temerário para o Brasil não haver nenhuma intervenção do poder público no sentido de proporcionar a recuperação da empresa — avaliou.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a experiência da Varig “não se constrói da noite para o dia”. Romeu Tuma (PFL-SP) se solidarizou com o sofrimento dos funcionários e Paulo Paim (PT-RS) anunciou que diversos parlamentares assinaram um documento declarando apoio à companhia aérea.

CAE acolhe proposta que autoriza municípios, estados e DF a cederem a bancos, para cobrança, dívidas de seus contribuintes



Ao lado de Luiz Otávio (E), presidente da CAE, Tuma defende o texto aprovado ontem



Jucá (D) anuncia que apresentará emenda em Plenário para evitar a volta das Aros

Aprovado projeto que favorece municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao Projeto de Resolução do Senado 57/03 que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios, estados e Distrito Federal a instituições financeiras.

Por esse projeto, já examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os entes da Federação poderão ceder a instituições financeiras sua dívida ativa consolidada para cobrança por endosso-mandato,

mediante a antecipação de até o valor de face dos créditos, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar 101/00 e pelas resoluções do Senado 40/01 e 43/01.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que vai apresentar emenda quando a matéria for votada no Plenário para evitar que a ajuda aos municípios se transforme nas antigas antecipações de receitas orçamentárias (Aros).

Na reunião da CAE da sema-

na passada, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), havia argumentado que a lei não poderia permitir o comprometimento de receita corrente e que o projeto poderia trazer de volta as “devastadoras” Aros. Ele foi apoiado por Osmar Dias (PDT-PR), que lembrou a falência de bancos por esse motivo e disse que o país não deve recuperar uma prática nefasta para o erário.

Por outro lado, Romeu Tuma (PFL-SP) disse que os municípios sacrificados com a falta de

recursos estavam “muito aflitos” por uma decisão sobre esse assunto. O autor do projeto, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), explicou que a medida visa apenas recuperar passivos e não tem nada a ver com o uso de receitas correntes, e esclareceu que o substitutivo impede uma relação com as antigas Aros.

Ontem, diante da colocação de Jucá, o presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA), fez um apelo para que a matéria fosse aprovada sem mais adiamentos e foi atendido.

Suplicy anuncia que ministro do Planejamento discutirá proposta

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, discutirá no Senado o projeto de lei que veda o contingenciamento de despesas que tenham como fonte de custeio o pagamento de *royalties* aos estados e municípios relativos à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, receitas de multas e empréstimos de organismos multilaterais. A informação foi dada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) durante a análise do projeto na

reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Suplicy, o ministro gostaria de dialogar com o autor da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O relator do projeto, senador Osmar Dias (PDT-PR), deu parecer favorável e leu o relatório durante a reunião. No entanto, devido à solicitação da audiência com o ministro, ainda a ser marcada, o presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA), concedeu vista coletiva do projeto, que teve sua votação adiada.

Indústria petroquímica de base ganha acesso a CTPetro

A indústria petroquímica de primeira e segunda gerações — segmento que produz matérias-primas básicas como eteno, propeno e resinas termoplásticas — foi incluída entre os setores que poderão beneficiar-se de recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (CTPetro).

Apresentada por Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a proposta (PLS 268/03) foi aprovada ontem na CAE com a inclusão de emenda do relator, Delcídio

Amaral (PT-MS), que visou ampliar os recursos originalmente previstos para as pesquisas e o desenvolvimento de produtos na indústria petroquímica.

Com origem nos *royalties* pagos pela indústria do petróleo, os recursos do fundo financiam projetos de inovação tecnológica. Além dos *royalties* sobre a lavra de petróleo e gás no continente, o novo fundo setorial contará ainda com recursos da exploração em áreas da plataforma continental.

César Borges: licitação no porto de Aratu pode estar viciada

O senador César Borges (PFL-BA) alertou ontem para a possibilidade de vício na licitação destinada à construção de um terminal de grãos no porto de Aratu, no litoral baiano. Considerado fundamental para o escoamento da produção proveniente do oeste do estado (região de Barreiras),

o terminal está, segundo Borges, sendo dirigido aos interesses da empresa Bunge Alimentos, a única a conseguir o capital mínimo exigido no edital.

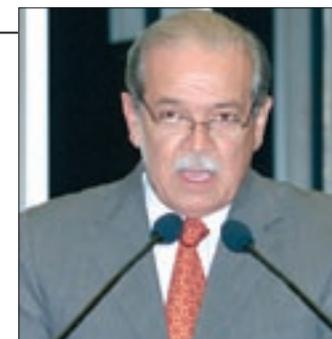
— Isso pode acarretar prejuízos aos produtores baianos, que estarão cada vez mais submetidos às condições de negociação impos-

tas pela Bunge — advertiu.

O senador afirmou que problemas de infra-estrutura estão prejudicando o transporte da safra de grãos do oeste da Bahia, como a falta de reparos na rodovia BR-242 e a falta de capacidade e estrutura do porto de Ilhéus.

Após a denúncia de Borges, a

Comissão de Serviços de Infra-estrutura aprovou requerimento para que sejam ouvidos, em audiência pública sobre a licitação, o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, e o diretor-presidente da Companhia das Docas da Bahia (Codeba), Geraldo Simões.



Borges destaca a importância da produção de grãos do oeste da Bahia

Projeto de Mercadante, com parecer favorável de Lúcia Vânia, foi acolhido em decisão terminativa na Comissão de Educação e visa divulgar ações preventivas contra a doença

Aprovado o dia de combate ao câncer infantil: 23 de novembro

O dia 23 de novembro passará a ser considerado Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil, segundo projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). Nessa data, deverão ser promovidos debates e eventos destinados a divulgar ações preventivas contra a doença e a apoiar ações organizadas pela sociedade civil em benefício de crianças acometidas pelo câncer.

– Trata-se de um projeto meri-

tório e que merece ser aprovado – disse a relatora da proposta (PLS 382/05), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em seu voto favorável à matéria.

Em seu parecer, Lúcia Vânia observa que entre 70% e 90% das crianças com câncer, nos Estados Unidos, podem ser curadas, desde que a doença seja precocemente diagnosticada e os doentes tratados em centros especializados. No Brasil, complementou a parlamentar, crianças e jovens com leucemia linfática aguda curam-se entre

70% e 80% dos casos.

A instituição do Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil, acredita a senadora por Goiás, poderá ajudar a informar a sociedade brasileira a respeito da importância de se buscar um diagnóstico precoce da doença.

A proposição original estabelecia que a data seria celebrada na última quarta-feira de novembro. A relatora optou por uma data fixa, em 23 de novembro – a mesma já adotada pelo estado do Paraná como Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil.



Renan, entre Sandra de Sá e Ideli, recebe artistas acompanhados de Malta e Jandira Feghali

Urgência para projeto que incentiva programas regionais de rádio e TV

O Senado deverá votar em regime de urgência o projeto da Câmara que obriga as emissoras de televisão e de rádio a veicular programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos nos estados onde estão localizadas. Representantes do cinema, das emissoras de rádio, da música e de produtoras independentes receberam ontem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Segundo a autora da matéria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o pedido de votação de urgência da proposta (PLC 59/03) obteve apoio de todos os líderes partidários. O texto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator o senador César Borges (PFL-BA).

Para Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da Frente Parlamentar de Cultura, a proposta enfrenta resistência de emissoras com repetidoras nos estados, que acham “mais barato” reproduzir

a programação nacional, sem dar espaço para os produtos locais.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou a necessidade “da força do povo para enfrentar interesses contrários dos poderosos” que até agora, avalia ela, têm conseguido impedir a votação da proposta.

Presente à audiência com Renan, a cantora Sandra de Sá opinou que a aprovação do projeto será importante para difundir a cultura entre a população. Mário Borgneth, que representou o ministro da Cultura, Gilberto Gil, transmitiu o apoio do governo à descentralização dos recursos e à regionalização da produção.

Manifestaram-se ainda Chico Pereira, da Federação Interestadual de Rádio e TV e do Sindicato dos Radialistas do DF; os músicos Eduardo Camenietzki e Anatólio Novaes “Natinho” da Silva; Joaquim Carvalho Alma, da Associação Brasileira de Radiodifusão; e Paulinho Miranda, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

Senado aprova votos de louvor a ministros por conquista na OMC

O Senado aprovou ontem requerimentos de votos de louvor aos ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores; Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela vitória, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), no contencioso comercial sobre exportações de carne de frango para a União Européia. Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, assina os requerimentos.

A Casa também aprovou o requerimento de congratulações, de autoria do senador Antonio

Carlos Magalhães (PFL-BA), pelo centenário de nascimento do poeta Augusto Frederico Schmidt, falecido em 1965.

Outro item acolhido pelo Plenário do Senado foi a indicação, feita pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que propõe “a adoção de providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no sentido de estudar a possibilidade de articular, com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão do presidente da República da Costa do Marfim na programação das visitas de autoridades ao país”.

Célio Azevedo



Senadores da CE também aprovaram projeto que inclui as normas técnicas entre as obras protegidas pela Lei do Direito Autoral

Nome do índio guarani Sepé Tiaraju vai para o Livro dos Heróis da Pátria

Igualmente em decisão terminativa, a CE aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que inscreve o nome do índio guarani Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria, que está no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. Tiaraju morreu há 250 anos, durante batalha contra soldados portugueses e espanhóis, no Rio Grande do Sul.

– Esse será o primeiro índio a ser consagrado no Panteão – observou Paim, ao recordar que a votação de seu projeto (PLS 421/05), cuja relatora foi Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ocorria na véspera do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril.

Na presidência da reunião, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) considerou oportuna a proposta de Paim e lamentou o fato de os índios ainda estarem tão

“abandonados e utilizados” por instituições do poder público e por organizações não-governamentais.

A CE acolheu ainda parecer ao projeto da Câmara (PLC 2/06), cujo relator foi Roberto Saturnino (PT-RJ), que inclui as normas técnicas entre as obras protegidas pela Lei do Direito Autoral. Em seu voto favorável, Saturnino observa que a Associação Brasileira de Normas Técnicas conta com a cooperação de 12 mil técnicos e precisa ter as despesas cobertas pelo direito exclusivo de explorar suas obras.

Também receberam parecer favorável 31 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em todo o país. A CE decidiu adiar para a próxima semana a votação, em turno suplementar, do PLS 397/03, que regulamenta a atuação dos circos.

Paim lembra luta do cacique em defesa de sua terra

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a inclusão do nome do índio Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria e afirmou que a proposta de sua autoria atende a reivindicações da nação indígena guarani.

Tiaraju foi assassinado há 250 anos, informou Paim, quando “defendia esta pátria em embate com os invasores portugueses e espanhóis”.

O senador aproveitou para reafirmar a necessidade de o Congresso dar continuidade às discussões acerca do fim do chamado fator previdenciário. Ele lembrou que o projeto de sua autoria (PLS 296/03) que extingue o fator no Regime Geral da Previdência já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).